


15. RENÚNCIA CLÁUSULA REVERSÃO - ESCRITURA DE DOAÇÃO DO PRÉDIO SITO NO LUGAR DA AGRINHA, COUTADA OU CRUZEIRO, FREGUESIA DE NOGUEIRA:

Submete-se à consideração do Executivo a renúncia à cláusula de reversão constante da escritura outorgada em 1 de julho de 2009, relativa à doação ao Centro de Solidariedade de Braga/ Projeto Homem, de uma parcela de terreno para construção, com os fundamentos da proposta que se anexa.

A 5 de Maio
210317


Assunto: ANULAÇÃO DA CLÁUSULA DE REVERSÃO CONSTANTE DA ESCRITURA DE DOAÇÃO

I. Enquadramento / Exposição e motivos

1. Por escritura, datada de 1 de julho de 2009, o Município de Braga doou ao Centro de Solidariedade de Braga o prédio urbano constituído por uma parcela de terreno para construção, com a área de 8.027 m², designado por lote 3, sito no lugar de Agrinha, Coutada ou Cruzeiro, freguesia de Nogueira, deste concelho, descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 1633 e inscrita na matriz sob o artigo n.º 2847, para construção de um Centro de Acolhimento.
2. Tal escritura visou dar cumprimento a uma deliberação da Câmara Municipal de Braga de 29 de abril de 1999 e estabeleceu uma **cláusula de reversão** do seguinte teor: "A construção do referido edifício deverá ter início no prazo de 6 meses a contar da data da escritura, devendo ficar concluído no prazo de 2 anos, sob pena de reversão."
3. O Centro de Solidariedade de Braga / Projecto Homem, pessoa jurídica canónica, constituída por decreto da autoridade eclesiástica, em 13 de novembro de 1991, pessoa coletiva religiosa com o NPC n.º 502654201, reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social, registada na Direção da Segurança Social, no Livro das Instituições com Fins de Saúde, sob o n.º 7/92 e fls 58 verso e 59, com o NISS n.º 20003468111, com sede na Rua do Alcaide, 29/31, 4700-024 Braga, veio solicitar, por exposição datada de 12 de janeiro de 2021, a anulação da mencionada cláusula de reversão.
4. Para o efeito, alega que "o edifício foi construído na data prevista, tendo sido inaugurado em abril de 2004. Na data da escritura, em 01 de julho de 2009, já não teria sentido esta cláusula de reversão, que apenas transcrevia, como salvaguarda, a deliberação inicial de doação, datada de 29 de abril de 1999.

Esta cláusula de reversão, consta atualmente da Certidão Permanente da Conservatória do Registo Predial de Braga, condicionando a transmissibilidade do referido prédio urbano.

Como é do conhecimento de V. Exa., a instituição está empenhada na alienação deste imóvel, após ter transferido a referida resposta, para o novo Edifício Sede, designado por Centro Terapêutico Cônego Fernando Monteiro, sito na Rua do Alcaide, 29/31, UF Maximinos, Sé e Cidade, situação que motiva a presente exposição".

Face ao exposto e uma vez que já decorreram mais de 11 anos desde a data da escritura sem que o Município tenha exercido o direito de reversão, submete-se à consideração superior a decisão de submeter a reunião de câmara essa possibilidade.

Braga, 09 de março de 2021

O Chefe da Divisão de Património,